



MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA

Secretaria Estadual
Praça Zacarias, 36 - conj. 703 - 80020 - Curitiba-PR

NOTA DE ESCLARECIMENTO: SEM TERRA - FAZENDA GUAIRACÁ/LONDRINA-PR

Face à forma violenta com que o governo do Estado do Paraná, através da Polícia Militar, promoveu o despejo das 250 famílias de trabalhadores rurais sem terra, que ocupavam a fazenda Guairacá em Londrina, é necessário que o povo do Paraná faça uma reflexão e venha a conhecer a verdade sobre esse lastimável acontecimento.

01. Inicialmente, é preciso mencionar a desigualdade existente entre os protagonistas desses eventos. De um lado, crianças, mulheres, homens - bóias-frias, com suas ferramentas de trabalho; de outro, a Polícia Militar do Estado do Paraná, com cerca de 600 policiais civis e militares, 30 jagunços fortemente armados, acompanhados de cães, os quais cercaram e atacaram de madrugada, o acampamento.
02. Após breve reação e espanto, os ocupantes entregaram-se à polícia. Foram, então, torturados, obrigados à prática de atos humilhantes e a permanecerem deitados sobre a lama, assistindo à destruição das barracas onde encontravam-se seus filhos pequenos e seus poucos bens.
03. Registre-se que a ação policial não se esgotou no ato de desalojar os ocupantes já que era só isso que determinava o mandado judicial, mas transformou-se a seguir, de violenta em ilegal.
04. A polícia implementou tortura psicológica, uso de menores como coação/ forçar depoimento, demonstrando também um grande racismo. Os ocupantes, homens e mulheres, foram torturados de forma cruel, inclusive menores, entre estes, A.M.S., 16 anos. Tipo de tortura: afogamento, chute nos testículos, socos, pontapés, obrigando os homens a ficarem nus na frente de menores, filhos e mulheres. Os sem terra foram transportados em caminhões, deitados e pisoteados por policiais, sendo mantidos presos ilegalmente por mais de 24 horas no 5º BPM e no Distrito Policial de Londrina, em flagrante ofensa à lei, à Constituição e ao Estatuto do Menor.
05. Esta descrição dos fatos leva-nos a questionar se as armas apresentadas pela polícia à imprensa como sendo dos trabalhadores, não revelam a tentativa de equiparar forças tão desiguais. Pergunta-se, ainda, de onde teriam vindo os tiros que feriram os policiais, sendo que os trabalhadores estavam apenas com ferramentas de trabalho.
06. Este foi o despejo mais rápido e violento da história recente do Paraná e baseou-se em um laudo realizado em apenas um (1) dia, numa área de mais de 5 mil hectares e foi elaborado pelo ITCF, órgão estadual de terras que não tem competência legal para tanto. Esta competência é do INCRA, órgão federal responsável, que não realizou qualquer intervenção no caso.
07. Cabe questionar aqui não só a ação, mas a motivação do Governador do Estado para determinar o envio da força policial a essa área, uma vez que o decreto assinado na semana anterior, o tornou responsável pelo cumprimento de qualquer ordem de despejo -



MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA

Secretaria Estadual
Praça Zacarias, 36 - conj. 703 - 80020 - Curitiba-PR

2

- com o uso de força policial.
08. O Governador Roberto Requião é, portanto, responsável não só pelos atos lícitos, mas também pelos ilícitos praticados durante a ação policial.
 09. Assim não se pode questionar apenas a ação dos trabalhadores mas muito mais a confiabilidade e a moralidade das ações do Governo Estadual.
 10. Esse governo que diz cumprir a lei não levou em consideração sequer a existência de mandado de segurança impetrado pelos ocupantes, requerendo a cassação da liminar concedida pelo juiz de Londrina em favor dos proprietários. Esse mandado de segurança encontrava-se ainda sem qualquer decisão no momento do despejo. Também não levou em consideração a audiência com os sem terra/boias frias marcada pelo arcebispo D. Geraldo Magela Agnelo para o dia 9/8/91, em Campo Mourão. Atendendo-se o governador mandou despejar os sem terra.
 11. Diante disso, na Fazenda Guairacá, foi abordado o Programa Paz na Terra, que representava uma tenue esperança de diálogo entre o Governo e os trabalhadores.
 12. Fora deste aparente cenário estadual existem dois protagonistas principais ainda não mencionados:
 - a) os grandes proprietários rurais, destacamos o Deputado Federal Wilson Moreira (PSDB/PR), que exercem pressões sobre os governos, praticam atos de violência econômica, social e física contra os trabalhadores. Para estes grandes proprietários, os benefícios de crédito dos bancos estaduais, enfim a impunidade e o poder. Para os trabalhadores os rigores da lei.
 - b) O Governo Federal, que em mais de um ano e meio de mandato nada fez para resolver os problemas do campo, que dirá promover a necessária reforma agrária.
 13. Aqui no Paraná e lá no Planalto Central, a reforma agrária e a paz restringem-se aos gastos com propaganda, paga com os recursos públicos.
 14. Disso tudo, é fácil concluir que a resistência daqueles que lutam pelo pão, pela terra e pela vida é legítima. A violência policial do Estado, usada contra eles, é demonstração total de que a experiência recente da ditadura não trouxe nenhuma lição, nem mesmo para aqueles que afirmaram e afirmam tê-la combatido.
 15. São essas razões que levam as organizações que apoiam as lutas dos trabalhadores a se pronunciarem publicamente sem mentiras ou falácias e a moverem ações mundiais para responsabilizar o Governo do Estado pela violência praticada em Londrina, e o advogado do proprietário, pelas declarações e inverdades contra os trabalhadores e suas organizações.

Reafirmamos nossa convicção na luta dos trabalhadores pela reforma agrária, sem a qual não haverá democracia nem justiça social.

Curitiba, 12 de agosto de 1991

COMISSÃO PASTORAL DA TERRA-PR

MOVIMENTO DOS SEM TERRA-PR